



Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Lineu Turra e Nilso Sguarezi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wandêrer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado de Educação, solicitando informações sobre a aplicação da lei que permite a aposentadoria de professores aos 25 e 30 anos de serviços e que deve conter estas duas questões:

— Quantos professores já foram aposentados pelo Estado segundo a legislação que permite aposentadoria aos 25 e 30 anos de serviço?

— Quantos professores estão em condições de serem aposentados no Estado do Paraná pela lei dos 25 e 30 anos?

— Se esta legislação não foi aplicada, ou aplicada apenas a uma parcela dos professores em condições de obter tal benefício, que razões determinaram este comportamento do Governo?

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA.

Professores da rede estadual de ensino em condições de obter o benefício da aposentadoria aos 25 ou 30 anos de serviço, segundo a legislação atual e em vigor, reclamam a aplicação

dessa lei. Esta conquista da categoria deve ser respeitada pelo Governo de forma imediata, pois diz respeito exatamente aos desgastes sofridos em longo período de exercício da profissão que, segundo as justificativas que criaram a própria lei, se constituem em ônus muito grandes para os mestres.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando providências para transferência da Secretaria de Educação para o Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Simplemente, algumas Secretarias de Estado não justificam suas instalações em pleno Centro Cívico, em virtude do pequeno fluxo de interessados que as procuram e do pequeno número de funcionários que as atiram.

No entanto, a Secretaria de Educação, objeto de intensa movimentação por parte de professores e funcionários da área, principalmente oriundos do interior do Estado, localiza-se em área (bairro Água Verde) de difícil acesso.

Distante da estação rododferroviária, da rede central de hotelaria e illogicamente da Secretaria de Recursos Humanos, a busca da Secretaria de Educação é problemática aos funcionários afins.

A transferência desse órgão para o Centro Cívico, seria uma medida racional para facilitar o acesso aos que dela dependem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício aos Senhores Governador do Estado, Chefe da Casa Civil, e Secretário de Estado das Finanças, para solicitar que procedam estudos no sentido de que sejam anistiados de juros, multas e correção monetária incidentes sobre o valor do ICM das empresas que estão em débito com o fisco estadual, conforme requerimento do Sr. Vereador Jair Frasson, sob n.º 179/81, da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O presente solicitado prende-se ao fato da difícil situação econômico-financeira porque estão passando as pequenas e médias empresas de Toledo, é que encarecemos a atenção e urgentes providências cabíveis ao caso em tela.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a autoridade acima mencionada, solicitando a construção de uma Unidade Escolar com 5 (cinco) salas de aulas no Distrito Administrativo de Lerrovile, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

(a) LAZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Lerroville, no Município de Londrina, está localizado a mais de 50 (cinquenta) quilômetros da sede do município, e em uma área essencialmente agrícola e quase às margens da Rodovia Celso Garcia Cid, BR 445, sendo que a maioria das crianças se deslocam para o Distrito de Tamarana e outras escolas rurais da região, sendo que esta Unidade Escolar que ora solicitamos para que seja construída, é uma velha aspiração de todo o povo daquele próspero distrito, que não tem deixado de atender aos aclamos do Governo, quando solicitados a contribuir com o aumento da produção agrícola em nosso Estado, e nada mais justo que também o Governo retribua àquele povo o que eles têm feito, dando melhores condições de estudo a seus filhos.

Muitos têm sido os pedidos que temos recebido de moradores daquele distrito, é por este motivo apelamos ao bom senso do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, DOUTOR EDSON MACHADO DE SOUSA, que determine ainda, no decorrer deste ano, o início das obras de construção daquela Unidade Escolar, que ora estamos solicitando.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Delegacia Regional do Trabalho, solicitando fiscalização junto à Prefeitura Municipal de Colombo e aplicação das medidas cabíveis, pelo fato de que aquela municipalidade não haver concedido reajuste de vencimentos ao funcionalismo municipal no exercício de 1981.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

(a) LINEU TURRA.

JUSTIFICATIVA:

O trabalhador brasileiro, tanto os da iniciativa privada como os servidores públicos, vêm passando, nos últimos anos, por uma das mais dramáticas situações financeiras, face ao incontrolável aumento do custo de vida.

Se a situação está difícil para aqueles que têm seus salários reajustados semestralmente, caso dos que labutam na iniciativa privada, ou anualmente para os funcionários públicos de todos os níveis, cujos aumentos não repõem a perda do poder aquisitivo, podemos imaginar como é que estão passando os funcionários da Prefeitura Municipal de Colombo que não tiveram reajuste algum em seus vencimentos, no decorrer de 1981, configurando-se num crime contra a dignidade humana daqueles que ajudam a promover o progresso daquele município.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social e Sr. Superintendente do I.A.P.A.S., no Paraná.

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício as Excelentíssimas autoridades acima referidas na SÚMULA, para solicitar seja instalada com a maior brevidade

possível, na Cidade de Toledo, a Agência da Previdência Social, uma vez que já foi criada oficialmente através da Resolução do IAPAS, sob n.º 87, de 02/12/80, conforme solicitação através do requerimento n.º 001/82, do Sr. Vereador Hierônimo De Conto, DD. Presidente da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

O atendimento solicitado acima, virá de encontro à solução de um crucial problema por que passa a comunidade toledana, que espera ansiosamente e se prontifica a colaborar com o Ministério da Previdência e Assistência Social, facilitando a implantação da Agência da Previdência Social, naquele município.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER, seja enviado ofício à Direção da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR —, solicitando que melhore a qualidade da água servida ao Município de Toledo, pois o elevado teor de cloro empregado na água e as impurezas nela facilmente visualizadas fazem aumentar a suspeição da comunidade quanto à sua qualidade.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a saúde pública deve constituir como prioridade básica de uma administração realmente comprometida com o bem-estar da população e representa obrigação essencial do Estado, manifestamos nossa preocupação com relação ao serviço de abastecimento de água mantido, no Município de Toledo, pela SANEPAR.

Tal preocupação se prende ao fato de ser a água servida à população de duvidosa salubridade e com elevado teor de cloro, e as impurezas facilmente visualizadas fazem aumentar a suspeição quanto à sua qualidade.

Os usuários desse serviço estão apreensivos e não podem usufruir dele com tranquilidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, de matéria publicada pelo jornal "O Estado do Paraná", edição de 24.03.82, em o título de "Uma Injustiça".

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O advogado Albino Kluge disse bem o que acontece com o ilustre Magistrado Nourminio B. Tesserolli, do qual posso dar meu testemunho pessoal.

Registro nos Anais da Casa, mais esta ocorrência, para que possa fazer valer, no dia em que a Oposição for governo neste Estado, que injustiças desta natureza não mais ocorrerão.

Basta de juízes e promotores irem mendigar do Executivo suas promoções. Haveremos de implantar neste Estado uma nova sistemática para evitar situações humilhantes aos magistrados, ao terem que se servir de pistolões e apadrinha-

mentos políticos para conseguir suas promoções.

A atual lista tríplice tem sido um instrumento de ingerência do Executivo no Judiciário. Por outro lado, fica a solidariedade ao ilustre Juiz Nourminio B. Tesserolli.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreeve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja aprovado um pedido de requisição ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos extratos dos processos de prestação de contas dos últimos três exercícios financeiros do FUNRESPOL – Fundo Especial de Reequipamento Policial, inclusive do exercício de 1981, nos termos do art. 9, da Lei n.º 6102/70.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A lei que criou o FUNRESPOL determinou a obrigação de prestação de contas ao Tribunal de Contas. O grave problema da segurança, deve ser devidamente analisado e estudado.

Ora, só das análises do comportamento da receita e suas conseqüentes destinações, terá o legislador condições de contribuir com dados objetivos e idôneos para soluções que entenda viáveis.

Visa a requisição, dar aos Srs. Deputados, conhecimento real e legal do que tem sido o FUNRESPOL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscreevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja suspensa a sessão do próximo dia 29 deste, para que neste dia se realizem reuniões das Comissões, tendo em vista as comemorações alusivas ao aniversário da Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

(aa) ERONDY SILVÉRIO – Líder do PDS

TRAJANO BASTOS – Líder do PMDB

ADALBERTO DAROS – Líder do PTB

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 27/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – A alínea “d”, do inciso II, da Tabela XIII, anexa à Lei n.º 7.567, de 08 de janeiro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA XIII

“d) - pelas demais averbações atribuídas ao Registro de Imóveis será cobrada a metade das custas determinadas no item XIII desta Tabela”.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1982.

(a) JURANDIR MESSIAS.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei estamos pretendendo corrigir erro na redação ocorrida na feitura da tabela XIII, da citada Lei n.º 7567.

O valor das custas a serem cobradas pelas averbações,

excluídas as que estão mencionadas nas alíneas “a” até “c”, deverão efetivamente corresponder à metade das custas determinadas no item XIII da mesma Tabela XIII e não às custas determinadas na tabela XII, como diz o texto legal, tendo-se em consideração que a Tabela XII diz respeito às custas dos Oficiais do Registro Civil.

No item XIII, da Tabela XIII, estão determinadas 25 custas devidas pelo Registro de títulos no Registro de Imóveis.

As custas das averbações a que alude a alínea “d” que se pretende retificar, correspondem, pois à metade das custas devidas pelo registro, como aliás já acontecia no Regimento de Custas anterior que já incluía na alínea “a”, inciso II, Tabela XIII, o mesmo critério.

Observe-se que o que se verificou no texto da lei foi na realidade erro evidente, o que estamos agora, através do presente plano de lei, corrigindo.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra com satisfação a presença, em plenário, do Sr. Pedro Vasconcellos Barros, Secretário da Saúde e Bem Estar Social, que está em visita aos Srs. Deputados.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje noticiam que o Presidente Figueiredo enviou convite ao Professor Oscar Dias Correia, de Minas Gerais, ex-Deputado Federal pela extinta UDN, para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga do Ministro Clóvis Ramalheite, recentemente aposentado por completar 70 anos.

A notícia frustrou, mais uma vez, a expectativa dos paranaenses e, especialmente, de nossos meios jurídicos que aguardavam, enfim, a indicação de um conterrâneo.

Esta aspiração não era movida por qualquer ranço ufanista. Mas decorria da compreensão de que o Paraná, pelos seus méritos e pelas tradições de sua cultura jurídica merece uma representação na mais alta Corte de Justiça do País. E que a contribuição a ser dada pelo Estado, através de um de seus juristas ilustres, em muito engrandeceria aquele Poder.

Não vou citar, nem creio que seja necessário e mesmo para não cometer injustiça pela omissão de muitos, os nomes mais destacados de nossos juristas que poderiam ser chamados para esta tarefa tão honrosa. E seriam tantos a nominar com notável saber jurídico e ilibado exercício da carreira, as duas condições para a indicação segundo a Constituição, que só temos a nos orgulhar da capacidade de nossos juristas.

Por que o Paraná foi esquecido, Senhores?

Se sabemos que não foi por falta de nomes ilustres, outra razão deve existir. O certo é que somos um Estado que vive situação paradoxal. Muito nos orgulhamos de nosso desempenho na produção, das características de elevada qualidade também de nossa produção intelectual, onde sempre nos destacamos em diversos campos e, em especial, por nossa cultura jurídica.

Temos consciência crítica de nossas potencialidades através dos resultados que apresentamos. Creio, sinceramente, que ninguém duvida destas capacidades.

No entanto, Senhores, nos últimos anos também nos caracterizamos pelo não reconhecimento, no plano federal, de nossas contribuições. Seja produzindo divisas, seja apresentando à Nação os melhores representantes do saber e do conhecimento em determinadas áreas.

E daí surge a evidência, Senhores, de que toda esta nossa capacidade enquanto povo e que destaca o Estado entre as demais unidades da Federação em várias questões importantes, não é correspondida pela representação política de que dispomos e que deveria, antes de todos, lutar em defesa de nossos interesses.

Este contraste entre a capacidade do povo, os recursos de toda a ordem de que dispomos e a representação que nos foi imposta é uma das marcas mais profundas do momento que vivemos e que se reflete na profunda frustração dos paranaenses em relação ao desempenho de seus atuais governantes.

Todos sabemos o quanto o Estado perdeu em representatividade nos últimos tempos. E também o que isso significa em termos de recursos, de bens materiais e espirituais que foram retirados dos paranaenses que tanto contribuem para a Nação.

Esta não é uma queixa eivada de balismo. É a constatação de que não temos um Governo capaz de impor, no processo decisório a nível nacional, os interesses paranaenses. Não temos um Governo que seja capaz de fazer refletir, nesse plano, nossa capacidade e nossa contribuição real. Este o nosso dilema. Temos certeza de que a manifestação do povo através do voto saberá superar esta contradição.

Que importância há em ter um paranaense no Supremo Tribunal Federal? As crises vêm e vão e a instituição permanece. O Supremo Tribunal Federal se constituiu, desde o início de sua história, em importante instituição na preservação das liberdades civis no Brasil. A democracia brasileira teria funcionado de modo ainda mais defeituoso sem o símbolo do STF e de sua capacidade de encerrar, em determinados momentos, o que existe de melhor na consciência nacional. Supremo intérprete da Constituição, num sistema de controle jurisdicional dos atos do Congresso e do Executivo, ele mantém viva a esperança de que as deformações não corrigidas o serão pela sua contribuição. Mais de uma vez o Executivo e o Legislativo se autocorrigiram em face de acordãos do Supremo Tribunal Federal.

É, portanto, uma instituição de grande importância na vida nacional. E nele estar representado significa conquistar a representação no foro em que se debatem e decidem as questões mais importantes e que merecem apreciação judicial. O Paraná tem filhos capazes de se fazer representar e de contribuir para a grandeza do Supremo Tribunal Federal. O que não temos é a representação política que exija, que imponha o direito a essa representação. E só os ingênuos acreditariam que a indicação para o STF independeria da representação política de que dispõem o Estado.

Nada temos contra o indicado, professor Oscar Dias Correia. O que estamos questionando é a ausência, em toda a história do Tribunal, de um paranaense para compô-lo. E mais uma vez afirmamos: não nos faltam juristas ilustres, de notável saber e de ilibada moral. Falta-nos, Senhores, um governo que nos represente à altura de nossas capacidades e potencialidades para fazer valer, de forma positiva e solidária, os interesses paranaenses no plano da federação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é

reservado. (Declina).

Consulta à Liderança do PDS. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor WOLFRAM RUHENSTROTHBAUER, pelos seus relevantes serviços prestados à coletividade. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/81, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública o "CLUBE DE PROTEÇÃO AO MENOR E PREVIDÊNCIA — PROMENOR", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei n.º 90/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de Turvo. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/81, oriundo de Parecer ao SUBSTITUTIVO do Projeto de Lei n.º 91/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, do Município de Guarapuava, para que a população decida sobre a criação do Município de Santa Galo.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Haverá de permitir, Vossa Excelência, Sr. Presidente, que no encaminhamento de votação destes projetos, eu faça, nesta oportunidade, uma homenagem às representações das comunidades de Santa Galo e Turvo, ambos distritos do Município de Guarapuava, que se fazem presentes, na sessão de hoje, para assistirem a tramitação dos projetos que dizem respeito aos interesses daquelas comunidades.

E para fazer o registro, Sr. Presidente, de que esses projetos, até agora, não tinham sofrido a votação em plenário, porque para aqui foram mandados com falhas processuais, falhas essas que, hoje, estão sendo sanadas, através de ofícios endereçados à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, e trazidos por companheiros daquelas localidades.

Então, nestas condições em que se acham agora, suplementadas essas exigências legais que antes não existiam, quero declarar que nossa bancada votará favoravelmente à aprovação desses projetos. E solicito, Sr. Presidente, se amparo regimental

tiver, o registro da visita desses Senhores que representam aquelas comunidades na sessão de hoje.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa registra, com satisfação, a presença, neste plenário, de diversos cidadãos do Município de Guarapuava, especialmente representando os distritos de Turvo e de Santa Galo.

Em votação o Projeto de Lei n.º 118/81.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Igualmente queremos manifestar a satisfação pela presença dos nossos conterrâneos de Santa Galo e Turvo, que aqui se encontram para acompanhar a votação destes justos projetos que estão sendo apreciados pela Casa.

A pujança desses dois lugares, realmente são notórios e se constitui numa justificativa válida e numa credencial para elevação que se pretende fazer.

Portanto, com satisfação darei o meu voto favorável e creio que a Bancada do PDS que aqui se encontra presente também fará com muita satisfação esta homenagem àquele povo obreiro e dedicado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rita de Souza Santos, ocorrido na Cidade de Abatiá.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Florivaldo Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dorvalina Alves de Almeida, ocorrido na Cidade de Conselheiro Mairinck.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bohdan Hladu, ocorrido na noite de ontem, nesta cidade.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Mاتيولي, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sr. Kit Abdala, Superintendente do IPE, pela recente medida tomada em favor do funcionalismo estadual, não mais necessitando pagar os trinta por cento do valor dos exames elaborados por aquele órgão previdenciário.—Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Florivaldo Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Dr. José Carlos Carvalho, por ter sido eleito Presidente da ALLADA.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Antônio Roberto Saber, ocorrido nesta cidade, no dia 12 do corrente.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henio Romagnoli, ocorrido na Cidade de Colider, Estado do Mato Grosso do Norte.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Leonardo Bala, Osvaldo Popadink, Euclides Leal da Silva e Irineu Elói Schewicz, ocorrido em 16 de março, do corrente, nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Lopes dos Santos, ocorrido em 14 do corrente, na Cidade de São João do Ivaí.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Petronilha Borges, ocorrido ontem, na Cidade de Guaratuba.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Brasília Abud, ocorrido ontem na Cidade de Paranaguá.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Paranaguá, Sr. Brasília Abud, ocorrido no dia 20 de março do corrente ano.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Henrique Knopfholz, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Loures Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Brasília Abud, ex-Prefeito de Paranaguá.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Sartor, ocorrido na Cidade de Marumbi, em 10 de março do corrente ano.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Antônio Lopes dos Santos, ocorrido em São João do Ivaí, no dia 14 de março do corrente ano.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja suspensa a Sessão do próximo dia 29 deste, para que neste dia se realizem reuniões das Comissões, tendo em vista as comemorações alusivas ao aniversário da Cidade de Curitiba.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

o arquivamento do Projeto de Lei n.º 112/81, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Coordenador da Bancada do Paraná junto ao Congresso Nacional, manifestando a opinião dos Deputados Estaduais do PDS, unânimes em recomendar a revogação do Decreto-Lei 1910/81 e a exigência perante o Executivo de reformas profundas na administração da Previdência, visando não o aumento de arrecadação mas maior eficiência com menor desembolso.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Santo Nesi, ocorrido dia 8 de março último, no Município de Francisco Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Severino Zanini, ocorrido no último dia 11 de março do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 19.º aniversário do jornal "Diário Popular".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Diretor Geral da Itaipu Binacional, Coordenador do Incra-Paraná e ao Delegado Regional da Fundação Nacional do Índio — FUNAI — Paraná, encarecendo a imediata solução da problemática dos índios Avá Guarani, da Barra do Rio Oco, localidade de Jacutinga, no Município de Foz do Iguaçu, neste Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um posto de saúde, na sede distrital de Iguaporã, no Município de Marechal Cândido Rondon.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao D.E.R. e Secretaria dos Transportes, encarecendo providências para melhoria na Rodovia PR-424, trecho entre Siqueira Campos e Salto Itararé.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo seja construído na PR-495, pistas em ambos os sentidos para o tráfego exclusivo de máquinas agrícolas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Ministro da Previdência Social e Presidente da República, enviando congratulações pela designação do Superintendente do INAMPS no Paraná, Dr. Winston Antônio Bastos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, soli-

citando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que sejam destinadas verbas específicas para os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Catanduvas, no sentido de construir ponte sobre o Rio Tormenta, na localidade de Linha São Lucas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente do Banco Central do Brasil, Presidente da Caixa Econômica Federal do Paraná, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal do Paraná e ao Gerente Regional da Caixa Econômica Federal, no sentido de que seja o Município de Fênix, no Estado do Paraná, incluído entre os municípios que receberão a implantação e instalação de agências da Caixa Econômica Federal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento, ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário da Agricultura do Estado, pedindo providências no sentido de amenizar os problemas porque passam os cotonicultores paranaenses.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente às autoridades federais e estaduais ligadas ao setor dos transportes, bem como ao Governador do Estado do Paraná, providências para restauração da Rodovia do Café, BR-376, no trecho compreendido entre Ponta Grossa e Mauá, e mais o trevo de Apucarana.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edson S. Bernardo, ocorrido a 5 do mês em curso na Cidade de Primeiro de Maio, neste Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Casemiro Marques.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agenor de Paula Santos, ocorrido no dia 07 do corrente, na Cidade de Guarapuava.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao colunista Dino Almeida pela realização da 17ª promoção de "A Garota de Caiobá", recentemente realizado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e reconhecimento, ao funcionário deste Poder Legislativo, recentemente aposentado, Sr. Joaquim Vieira da Silva.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja transcrito nos Anais desta Casa o Editorial "Que Deus nos Ajude", do jornal "O Estado do Paraná", de 09 de março de 1982.— **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas

Chaves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Resolução n.ºs 117/81 e 118/81, que visam autorizar a realização de plebiscito nas áreas que especifica, visando a criação dos Municípios de Turvo e Santa Galo, ambos no Município de Guarapuava. - **Prejudicado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao jornal "Diário Popular", editado nesta Capital, pelo transcurso do 19.º aniversário de fundação. - **Aprovado** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao jornal "Diário Popular", pela passagem dos 19 anos de fundação daquele órgão de comunicação. - **Aprovado**. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos pela passagem dos 19 anos do dinâmico e atualizado jornal "Diário Popular". - **Aprovado**. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Dr. João Angeli, pela obra escrita "Flora Descritiva do Paraná", recentemente doada à Biblioteca da Universidade Federal do Paraná. - **Aprovado**. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à direção do periódico "O Maranata", editado na cidade de Paranaguá. - **Aprovado**. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à campanha de "O Estado do Paraná", no combate à contravenção organizada e à corrupção paralela denunciada. - **Aprovado**. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando do IBGE nova estimativa da população do Município de Pato Branco. - **Aprovado**. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e ao Secretário das Finanças, encarecendo estudos no sentido de isentar de multa, juros e correção monetária, os devedores do ICM até 31 de dezembro de 1981. - **Aprovado**. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Junta Comercial do Paraná, encarecendo a instalação de um Escritório da Junta Comercial na cidade de Cornélio Procopio. - **Aprovado**. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 141/81, que visa declarar de utilidade pública o Clube de Proteção ao Menor e Previdência. - **Prejudicado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo seja concedida anistia para as pequenas e médias empresas paranaenses, sobre multas, juros e correção monetária que incidem nos parcelamentos do ICM, contabilizados na dívida ativa do Estado. - **Aprovado**. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja

encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, pedido de informações sobre: qual o montante devido aos municípios do Estado, referente à verba do Programa PRÓ-SAFRA, e quais os municípios que não receberam a referida verba. - **Aprovado**.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

2 Srs. Deputados aprovam, 4 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 106 e 141/81.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 117 e 118/81.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 25, quinta-feira, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 102/81.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ADALBERTO DAROS, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1982.

"QUE DEUS NOS AJUDE

Todos sabemos que a polícia, quando quer, trabalha bem - dizíamos em nosso Editorial de domingo último, ao reclamarmos uma ação mais enérgica, de emergência permanente, um "estado de guerra" contra a onda de violências que envolveu e que apavora a população de Curitiba. Dissemos, também, que "estávamos dormindo de touca, enquanto a delinquência recrudescer". E também, que "até parece que tudo está armado para ajudar, para facilitar o "trabalho" dos bandidos".

Acertamos na mosca. Infelizmente.

Por dedução lógica, por sabermos que "a polícia, quando quer, trabalha bem", passamos a desconfiar que algo não anda bem no setor de Segurança Pública no Paraná. E não é para menos: delegados de Polícia afirmando que só cumpriam seu dever (de combater o jogo do bicho) quando recebessem "ordem de cima" é coisa muito séria. É um indício de que a lei, o Código Penal, só entra em vigor em determinados momentos, segundo a vontade dos homens "de cima".

Quando a polícia não quer trabalhar bem, o que é que acontece?

Isto que estamos vendo hoje: os marginais completamente à vontade, em todos os cantos, assaltando até a residência do Arcebispo metropolitano, com ele dentro dela. A ousadia ao extremo, de uma gangue

usar um furgão para recolher as suas vítimas, nas ruas da cidade, e espoliá-las, num "serviço" por atacado. A tranquilidade dos quadrilheiros de assaltarem dois ou três bancos num mesmo dia, numa rota de violência de duzentos, trezentos quilômetros. O seqüestro de criança de colo, a invasão de residências em plena luz do dia, com ameaça a famílias inteiras postas sob a mira de revólveres, estupros, agressões, assassinatos. Dizer-se que é impossível prever quando e onde os bandidos vão atacar não reduz a responsabilidade dos funcionários públicos pagos para garantir a segurança da população. Não está havendo nenhuma ação preventiva efetiva, parece que toda a Polícia Militar e todo o quadro de policiais civis estão gozando merecidas férias.

E quando a polícia, além de não querer trabalhar, ainda dá "uma mãozinha" para os bandidos? Ajuda que não é por omissão, por corpo mole, por falta de planejamento preventivo e repressivo: é ajuda direta, de pai para filho, de irmão para irmão.

Quando isso ocorre, o que é que acontece?

O incrível: um assaltante de banco, autor de dois homicídios, marginal conhecido e festejado, ex-hóspede da Penitenciária Central do Estado, é preso, dois ou três dias depois da ocorrência e posto em liberdade. E não foi libertado por engano: foi solto mediante o "racha" do dinheiro roubado da agência do Pinheirinho do Banco Itaú com dois policiais da Delegacia de Furtos e Roubos, segundo confessou ao ser preso. O bandido teria comprado, ainda, o direito de continuar com o seu revólver, arma utilizada no assalto ao banco, e com o qual foi capturado, sexta-feira última, em São Paulo, por agentes de outra delegacia, a especializada em Homicídios:

Qual o criminoso mais perigoso?

O assaltante do Itaú ou os dois policiais que o teriam achacado e ainda o deixaram armado, para continuar roubando e matando?

Armado, o marginal poderia até ter fuzilado os agentes que o detiveram, em plena rodoviária de São Paulo, com risco também para as pessoas que lá estavam embarcando, chegando de viagem ou recebendo parentes.

Daí afirmarmos que tínhamos razão, que acertamos na mosca, quando dissemos, no Editorial de anteontem, que parecia que "tudo está armado para ajudar, para facilitar o "trabalho" dos bandidos".

Havia ontem um clima de revolta, de indignação, entre os homens da polícia civil, segundo informaram os repórteres encarregados da cobertura do setor. Na face dos agentes percebia-se a cor da vergonha, pela séria acusação contra dois colegas. "Nunca poderíamos pegar o bandido. Se não fosse o pessoal da Homicídios, como é que chegaríamos ao assaltante, se tínhamos dois judas aqui dentro, do nosso lado, dando

todas as informações dos nossos passos ao marginal?" dizia ontem um agente da Furtos.

Com isso, ficaria esclarecido outro episódio em torno do assalto ao Banco Itaú: o porquê da "perspicácia" do bandido, da fabulosa intuição de sempre escapar meia hora antes da polícia chegar ao seu esconderijo. Um delegado de polícia chegou a levantar asquerosa suspeita contra um profissional de imprensa, ao dizer que o marginal lhe escapara das mãos, quando estava escondido no Balneário Camboriú, porque um jornalista o avisara, através de um advogado, que a polícia estava se dirigindo para aquela cidade catarinense.

Quem será que mandou o bandido fugir, senhor delegado? Não teriam sido, por acaso, seus dois subordinados, estes acusados agora de terem ajudado o assaltante a fugir, mediante uma importância superior a um milhão de cruzeiros?

Daí então, se compreender o elogio do diretor da Polícia Civil à imprensa, pela colaboração que prestou e que possibilitou a captura do bandido (cujo nome os repórteres sabiam, mas mantiveram o sigilo, a fim de não afugentá-lo. E foi graças à divulgação da fotografia dele, na primeira página de "O Estado", que se levantou o paradeiro dele). Se houve o elogio, faltou o pedido de desculpas: ao repórter, sobre quem se levantou a suspeita de ter ajudado na fuga do bandido; e à população, pelo comportamento dos dois policiais. Desculpa, sim senhores, porque o diretor da Polícia Civil já sabia, no dia em que fez o elogio, da acusação que pesava contra eles.

Elogio, aliás, que este Jornal dispensa, com sinceros agradecimentos. Todos nos consideramos regamente pagos e envaidecidamente elogiados, quando a polícia trabalha. Quando os agentes da Homicídios, por exemplo, enfrentando um bandido por eles armado, conseguem tirar de circulação um anormal do tipo do assaltante do Itaú.

Elogio que a Imprensa nunca precisa para continuar exercendo o seu papel — não obstante a estímulos grandemente — muitas vezes até com ameaças de processo e sob permanente coação e constrangimento ilegais. Como é o caso, hoje, da tímida resposta da polícia à campanha que desenvolvemos contra o jogo do bicho e a corrupção que esta contravenção notoriamente promove nos meios oficiais. Resposta que começou com o "convite" a um repórter de nossa Sucursal de Londrina, para depor em sindicância presidida por um delegado de Polícia, ilustre bacharel em Direito. Alguma semelhança entre a suspeita lançada contra o jornalista, no caso do assalto ao Banco Itaú, e esta ação coercitiva e intimidatória, na apuração de um fato noticiado pelo repórter Marinósio Netto, de Londrina? Quem sabe, quem sabe...

Elogio que não fazemos questão, pois não o

podemos retribuir, lamentavelmente, com a frequência que desejamos. Como elogiar, por exemplo, a atuação das autoridades, no caso da apuração da denúncia de corrupção na repartição do Departamento de Trânsito de Maringá? Como compreender a destituição da equipe policial que estava a comprovar as denúncias de que o chefe e funcionários da CIRETRAN andavam "mordendo" os despachantes mais do que cachorro louco?

Ou será que precisa vir "ordem de cima" para se moralizar o organismo policial, o serviço de trânsito? Ou será que foi exatamente uma "ordem de cima" que determinou a destituição da comissão de sindicância, presidida por um delegado de polícia que atuava em Maringá? Que mandou colocar o combate ao jogo do bicho em última prioridade? Ou mesmo deixá-lo sem prioridade alguma?

Os fatos aí estão. Que há muita podridão, disso lá não temos dúvida. Que há muita omissão, todos estamos vendo. Que está na hora de algumas providências, de algo fulminante, deixamos à capacidade e à consciência do senhor secretário de Segurança Pública, do senhor governador do Paraná.

E que Deus nos ajude.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 067/82

designar ADILSON VICENTINI, matrícula n.º 110, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço de Biblioteca, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular no período compreendido entre 23 de março a 22 de abril de 1982.

(Protoc. n.º 1367).

Palácio "XIX de Dezembro", em 23/03/82

DECRETO LEGISLATIVO Nº 068/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 06/82, na parte que se refere a APARECIDA MARLEI SPINARDI, ora à disposição deste Poder, que prorrogou até 31 de janeiro de 1983, a gratificação por prestação de serviço extraordinário (50%), junto ao Gabinete do Deputado Gabriel Sampaio, a partir de 01 de abril de 1982.

(Protoc. n.º 902)

Palácio "XIX de Dezembro", em 24/03/82

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário